

A Produção Agrícola numa Metrópole: Economia e Cotidiano dos Pequenos Lavradores do Sertão Carioca

Leonardo Soares dos Santos

Prof. Adjunto ESR/UFF

Pesquisador Gesthu/IPPUR/UFRJ

Resumo

Inspirado em algumas indicações do historiador Eric Wolf (autor de *As Guerras camponesas no século XX*), nós buscamos responder algumas questões sobre práticas e costumes do campesinato carioca. As questões estão ligadas a sua origem social, o que era produzido, onde seus produtos eram vendidos, onde se divertiam e faziam amizades.

Palavras- chave: Rio de Janeiro, Sertão Carioca, Conflitos de Terra, Cinturão Verde, Agricultura Peri-urbana.

Abstract

Inspired in some contributions of Eric Wolf (*The Peasants wars in XXth century's* author), we search to answer some questions about practices and costumes of carioca peasant. The questions are linked to your social origin, what was produced, where theirs products were sold, were they enjoyed themselves and make friendship.

Keywords: Rio de Janeiro, Sertão Carioca, Land Struggles, Greenbelt, Peri-urban Agriculture.

Em **As lutas camponesas do século XX**, Eric Wolf aponta a necessidade de desenvolvimento de algumas questões de um estudo que se proponha analisar os movimentos camponeses. Um primeiro diz respeito a distinguir os tipos de camponeses que estão

envolvidos num levante político. No entender de Wolf há importantes diferenças de comportamento e ponto de vista entre arrendatários e proprietários, entre camponeses ricos e pobres, entre agricultores que são também artesãos e aqueles que só aram, entre aqueles que são responsáveis por toda a operação agrícola e os trabalhadores assalariados, entre os que vivem perto da cidade e participam em seus mercados e assuntos urbanos daqueles que vivem em aldeias mais remotas. No fundo, trata-se de saber como as diferenças de propriedade, de relação com os mercados e sistemas de comunicação contribuem para a gênese e o curso de um movimento camponês.¹

Tomando essas indicações de Wolf como norte, procuraremos responder a perguntas que nos levem a um melhor entendimento das práticas e dos costumes dos lavradores cariocas. As perguntas a serem feitas então são as seguintes: qual a origem desses pequenos lavradores? O que e como produziam? Qual a sua relação jurídica com a terra em que produzia? Onde e como comercializavam a sua produção? Não pudemos levantar informações detalhadas de todas as localidades do Sertão Carioca, mas as que temos em mãos parecem nos fornecer alguns indícios do que era o dia-a-dia dos pequenos lavradores cariocas em geral. Lembramos também que a maior parte dessas informações refere-se às décadas de 1950 e 1960.²

As informações que temos a respeito da origem dos pequenos lavradores são além de muito imprecisas, bastante fragmentárias, não só em termos de espaço como também de tempo. Sabemos, por exemplo, da origem de arrendatários e foreiros de algumas grandes propriedades no século XIX, contudo muito pouco sabemos da origem dos ocupantes que se estabelecem no século XX, o que torna difícil identificar a suposta ligação entre “antigos” e “novos” ocupantes. No entanto, se essas informações não nos permitem comprovar ou desdizer afirmações, elas podem ao menos sinalizar para importantes aspectos do campo de possibilidades do Sertão Carioca. Vamos tirar proveito, portanto, daquilo que estimule a construção de novas hipóteses.

¹ WOLF, Eric. **Las Luchas campesinas Del siglo XX**. Ciudad del Mexico: siglo veintuno editores s.a., 1972. pp.5-6. A esse respeito, compartilham da mesma posição do autor: MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983; ALAVI, Hamza. “Peasant classes and primordial loyalties”, In **Journal of Peasants Studies**, Londres, nº 5, 1973.

² Neste tocante, as informações obtidas em periódicos apresentam várias lacunas e imprecisões, muitas delas intencionais. No afã de demonstrar a grande necessidade que o pequeno lavrador tinha em se manter na terra, alguns periódicos superdimensionavam sua produção, de um lado, e de outro, omitia outras ocupações que esse pequeno lavrador porventura tivesse, pensando que dessa forma evitaria que a legitimidade da pretensão dos pequenos lavradores fosse posta em xeque.

Em boa parte das localidades de pequenos lavradores, as indicações sugerem que a ocupação por parte desse tipo de trabalhador teria se dado quando as propriedades ainda eram grandes engenhos ou fazendas de café no século XIX e XVIII, os quais eram na sua maioria pertencentes às ordens religiosas como a dos Beneditinos e dos Carmelitas. Francisco Siqueira, memorialista e “posseiro” da região de Guaratiba, destaca que a detentora de parte das terras de Pedra de Guaratiba, a Matriz de São Salvador do Mundo, começou em fins do século XVIII a “arrendar as terras já ocupadas a seus posseiros” que, em troca, teriam que manter a iluminação dos templos. Segundo o autor, os “posseiros” que entraram em litígio com pretensos proprietários a partir da década de 1940, eram todos eles descendentes daqueles “posseiros” de fins do XVIII.³ O geógrafo Sylvio Fróes também destaca que a região foi nas primeiras décadas do século XX o ponto de chegada de uma numerosa leva de migrantes cearenses, mais precisamente da região de Cariri. Ao se estabelecerem ali passaram a promover amplamente o cultivo de laranjas e coqueiros-anões. Além disso, segundo nos atesta Fróes, também produziam “rapadura de excelente qualidade”.⁴ Alcebíades Rosa, em suas memórias sobre Sepetiba, menciona que a ocupação daquela região se consolidou por meio do decreto-lei de 26 de julho de 1813, pelo qual a Coroa doou as terras de Sepetiba aos pescadores e lavradores que ali já estavam estabelecidos.⁵

Em algumas áreas, os lotes rurais tinham se originado de arrendamentos, aforamentos ou livres concessões dos proprietários aos seus escravos ou ex-escravos. Fridman destaca que isso era uma prática comum entre os Beneditinos. Seus escravos possuíam pequenas roças e gado para seu sustento, sendo permitida a comercialização de seu excedente contanto que não exercessem “ofício para lucro”.⁶ Em 1871, o Mosteiro de São Bento libertou os 918 escravos que trabalhavam naquelas terras. Há indício de que alguns deles tenham permanecido morando e trabalhando naquelas terras.⁷ Ainda no século XIX, o Engenho da Serra, que se localizava numa área hoje cortada pela estrada Grajaú-Jacarepaguá no bairro da Freguesia,

³ SIQUEIRA, Francisco Alves. **Barra de Guaratiba: vida, contos, lendas, folclore**. Rio de Janeiro: s/ed., s/ d. p.18.

⁴ FRÓES, Sylvio. **O Distrito Federal e seus recursos naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p.238.

⁵ ROSA, Alcebíades Francisco da. **História de Sepetiba**. Rio de Janeiro: s/ed, 1995. p.29.

⁶ FRIDMAN, Fânia. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., Garamond, 1999. p.133.

⁷ Fridman, analisando recibos de arrendamento do Mosteiro de São Bento, verificou que entre seus arrendatários nas terras de Jacarepaguá, havia uma “criola forra” (p.132). Essas terras beneditinas compreendiam parte da atual reserva florestal da Pedra Branca, localizada em Jacarepaguá. Ali moram até hoje, no alto da Serra do Quilombo (uma área em que os escravos instalaram diversos quilombos até serem “descobertos” em 1880), no bairro do Camorim, algumas poucas famílias que se dizem descendentes de ex-escravos, ou seja, consideram-se quilombolas.

abrigava diversas fazendas, entre as quais a de Cantagalo, onde trabalhavam 70 escravos que plantavam arroz, cana-de-açúcar e café. Todos eles possuíam ali uma “choupana”.⁸

Como dissemos anteriormente, são poucas as informações que pudemos colher nos textos de geógrafos e memorialistas sobre ocupações que tenham se processado durante o início do século XX. Poucas, é verdade, mas preciosas, há que se dizer também. Uma delas se refere à ocupação das fazendas Guandu do Sena e Sete Riachos, na Serra do Mendanha. Os lavradores estariam ali estabelecidos desde 1913 como “arrendatários”, uma situação que aliás permaneceria nas décadas de 50 e 60, quando das disputas pela terra contra companhias imobiliárias.⁹ Mas a maior parte das informações se refere mesmo às ocupações realizadas por imigrantes portugueses. Eles teriam se instalado em Realengo, Bangu, Jacarepaguá, Rio da Prata, Guandu do Sena e Guaratiba. Leonarda Musumeci afirma que eles se notabilizaram pelo cultivo de verduras e legumes e pela introdução de algumas técnicas (horta encanteirada, terraceamento nas encostas, adubação orgânica). No Sertão Carioca, segundo a autora, era às chamadas “hortas de portugueses” que se atribuía a “vanguarda em produtividade e eficiência”.¹⁰ Muitos dos que se dirigiram para Realengo tiveram que se deslocar no início da década de 50 para outras terras por conta do avanço dos loteamentos.¹¹ A área escolhida foi o Guandu do Sena, na Serra do Mendanha. Hilda Silva nos informa que esses portugueses eram da Ilha da Madeira.¹² Também foi naquele período que os portugueses começaram a afluir para Vargem Grande, principalmente para a área do “Brejo”. Maria Galvão afirma que eles eram 90% da população dessa área.¹³ Galvão pôde identificar uma certa diferenciação entre os próprios portugueses, que se dividiam entre os “portugueses”(Continente) e “ilhéus”(Ilha da

⁸ Atualmente quase todas as fazendas foram desmembradas, mas ainda persistem dezenas de pequenos sítios. Uma pesquisa entre esses moradores poderia verificar se se tratam de descendentes daqueles antigos escravos. Um último detalhe: a estrada Grajaú- Jacarepaguá tem a sua esquerda (no sentido de quem está indo para Jacarepaguá) um morro com o sugestivo nome de Serra dos Pretos Forros.

⁹ SILVA, Hilda. “Uma zona Agrícola do Distrito Federal – O Mendanha”, In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. XX, nº 4, 1958. p. 438. p. 447.

¹⁰ MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura**: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. *Pequena produção e modernização da Agricultura*: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1987. Em seu **Cidade de Deus**, Paulo Lins comenta que a localidade que daria origem ao bairro era conhecida pelo sugestivo nome de Pequeno Portugal, já que se tratava de uma imensa horta cultivada por dois irmãos portugueses. Outro exemplo emblemático da presença portuguesa na região era o fato do bairro do Pechincha ainda ser chamado por muitos de Pequeno Portugal. Em Camorim, onde também foi bastante forte a presença lusa, há uma pequena localidade chamada Viana do Castelo, cidade da Região Norte de Portugal e que tradicionalmente foi uma das regiões que mais exportou portugueses para o Brasil desde fins do século XIX.

¹¹ Idem. p. 77

¹² SILVA, Hilda. Op.cit. p. 445.

¹³ GALVÃO, Maria do Carmo Correia. “Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande”. In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 3-4, 1957. p. 47.

Madeira). No dizer dela, os primeiros não gostavam de “se misturar” com os ilhéus por considerá-los pessoas “rudes e belicosas”.¹⁴ Fossem da Ilha ou do Continente, os portugueses, quando aqui estabelecidos reuniam-se “em sociedade de 3, 4 e até muitos membros provenientes da mesma província, e até da mesma freguesia” do território português. Entre os “portugueses” predominavam os do Conselho de Penacova, enquanto os “ilhéus” vinham em sua maioria do Conselho de Ponta do Sol.

Quanto à produção, praticamente todo o Sertão Carioca privilegiava a “lavoura branca” (hortaliças e legumes) e a fruticultura: tipos de lavouras, se assim podemos dizer, mais típicas de um Cinturão Verde, como era o caso dessa região. Mas a proximidade com o centro urbano não parece ter sido o único motivo para a implantação dessa modalidade agrícola. Pedro Geiger e Myriam Mesquita afirmam que o processo de grande valorização das terras que passa a se intensificar na década de 50 fez com que a manutenção das propriedades agrícolas se desse “na base de produtos bastante lucrativos como as verduras e frutas”. “Só esta lavoura”, assim consideravam, “podia se manter às portas da cidade ou então os aviários e apiários”.¹⁵ Os dados coligidos por outros geógrafos quando da realização dos seus estudos em algumas localidades do Sertão Carioca nas décadas de 50 e 60 reiteram essa afirmação. Amélia Nogueira, em seu estudo sobre a localidade de Vargem Grande, observa que as plantações se dividem por três áreas: nas “encostas”, plantava-se banana-prata.¹⁶ Em sua “baixada argilosa”, encontravam-se plantações de laranja, banana, aipim, mamão, milho, cana, tangerina, hortaliças e, até, café (para consumo interno).¹⁷ Em outra área, a “baixada turfosa”, produzia-se banana d’água, laranja, coqueiros, milho, arroz, aipim, batata-doce e hortaliças.¹⁸ Maria do Carmo Galvão, estudando a mesma região, fornece-nos um quadro mais detalhado. Na “Serra”- nome que ela dá às “encostas”- produzia-se também mangueira, jaqueira, jiló, maxixe, abóbora, abacateiro, batata, aipim e chuchu.¹⁹ O “Brejo” - nome dado à “baixada turfosa”- conheceu um incremento na sua produção, segundo a autora, a partir da chegada dos portugueses. Com a sua chegada teria se desenvolvido “consideravelmente” ao

¹⁴ idem. p. 50.

¹⁵ GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos Rurais da Baixada Fluminense** (1951-1953). Rio de Janeiro: IBGE, 1956. p. 62

¹⁶ NOGUEIRA, Amélia Alba. “Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)”, In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº1-2. p.66.

¹⁷ Idem. p.63.

¹⁸ Idem. p.66.

¹⁹ GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande”, In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, 1957, nº 3-4, p.44.

lado do aipim, do milho e da batata-doce, o cultivo do chuchu, da berinjela, do alface, da couve, do brócolis, da chicória, do jiló e do quiabo. Todos eles, continua Galvão, “produzidos em larga escala para o mercado”.²⁰ Quanto à “Vargem” – nome dado à “baixada argilosa”- a descrição é quase totalmente idêntica à de Nogueira.²¹

Nas fazendas Guandu do Sapê, Guandu do Sena e Sete Riachos - todas situadas na localidade do Mendanha - havia o predomínio em suas “Várzeas” dos laranjais e da “lavoura mista”, já nas “Serras” encontravam-se bananais e “grandes latadas” de chuchu.²² Em Sepetiba, nas terras da antiga fazenda Piaí, havia plantação de aipim, batata-doce, laranja e “todo tipo” de hortigranjeiros. Mas segundo o memorialista Alcebíades Rosa o “cultivo forte” ainda era o café e a cana-de-açúcar.²³

Em Jacarepaguá, seus lavradores, “horteiros em sua maioria trabalhando mais próximo do centro”, produziam quase que exclusivamente repolho, pimentão, abobrinha, agrião, alface, acelga, couve, tomate, berinjela, cenoura, chicória, beterraba, rábano, rabanete, salsa, cebolinha.²⁴ Fora isso cultivavam alguns poucos tipos de frutas como banana e laranja.

Mas além das verduras, legumes, cereais, frutas, outro produto muito valorizado era a lenha. Segundo P. Geiger, a grilagem de imensas áreas de terra da Fazenda Nacional de Santa Cruz se destinava, “desde há tempos”, à extração de madeiras das partes cobertas de mata.²⁵ Mais tarde, P. Geiger e Myriam Mesquita estabeleceriam um paralelo entre o comércio de lenha e a crescente especulação com a terra, sendo os dois resultados diretos da “conjuntura

²⁰ Idem. p.50.

²¹ Idem. p.57.

²² SILVA, Hilda. Op. cit. p.438.

²³ ROSA, Alcebíades Francisco da. **História de Sepetiba**. Rio de Janeiro: s/ed, 1995. p.34.

²⁴ SOUZA, José Gonçalves de. “Custos de produção e preços de venda dos produtos agrícolas do Distrito Federal” In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano IV nº1, 1951., p. 26. Os terrenos onde se situam os hoje populosos bairros de Gardênia Azul, Anil, Rio das Pedras e Jardim Clarice eram grandes pastos de criação de cavalos e gado bovino, até mais ou menos o início da década de 1960, (informação prestada por antigos moradores). Até hoje há uma pequena criação de búfalos próxima à Pedra da Panela; outrossim os terrenos que margeiam a futura “Vila Pan-Americana” (Barra da Tijuca) ainda se prestam a uma criação diminuta de cavalos. Criação esta que é bem visível até hoje em diversas localidades da zona oeste da cidade. Um exemplo curioso, e de dimensões às vezes trágicas, é o número de acidentes que ainda acometem alguns veículos como resultante de atropelamento de animais, especialmente cavalos e bois, em várias estradas e avenidas da região, principalmente Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz. Outro detalhe é que ainda hoje muitos moradores são obrigados a se cercarem de cuidados ao colocarem o lixo residencial para coleta da companhia municipal de limpeza: muitos utilizam cestos colocados à grande altura do chão, outros esperam o exato momento de passagem do caminhão de coleta para pôr o seu lixo na calçada, tudo isso para impedir que ele seja “atacado” por bois, cavalos ou porcos famintos, que são invariavelmente deixados pelas ruas por seus donos. O autor deste trabalho, quando de sua infância no bairro de Gardênia Azul, no início da década de 80, testemunhou por diversas vezes, quase que semanalmente, o “desfile” desses animais na rua de sua casa, quase sempre pela manhã.

²⁵ GEIGER, Pedro P. “A respeito de ‘produtos valorizados’”, In **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 3-4, 1953. p. 15.

da expansão de loteamentos”.²⁶ No entanto, ao observarmos as experiências de algumas localidades, podemos ver que o comércio de lenha não era resultado do abandono da produção de gêneros alimentícios, e sim algo que lhe era complementar. Magalhães Correa mencionava desde a década de 30 a importância desse produto na produção agrícola de algumas localidades. Em Cafundá, localizada no “valle do Rio Taquara”, seus lavradores exploravam o “commercio da banana, batata, laranja, carvão e lenha”.²⁷ Nas lavouras de Cabuçu, no Distrito de Campo Grande, os arrendatários se dedicavam ao cultivo de banana e também fabricavam carvão e trançavam lenha.²⁸ Segundo José Cezar de Magalhães, a proximidade de padarias e outros estabelecimentos comerciais junto às áreas de plantio também era um fator que impulsionava alguns lavradores a plantar eucaliptos de modo a fornecer lenhas para os seus fornos.²⁹ Versão que é confirmada por Amélia Nogueira, para o caso de Vargem Grande. Nas suas encostas, os lavradores exploravam lenha e carvão, que eram transportados em “Jacás sobre o dorso de burros e empilhadas onde vão ter os caminhões dos comerciantes”. Depois a lenha era revendida na Taquara e em Cascadura para o abastecimento de fornos de pequenas fábricas e padarias. Podemos complementar afirmando que os fornos das próprias residências dos moradores se alimentavam de lenha. Basta mencionar que em meados do século XX o fornecimento de gás na região ainda era algo bastante distante da realidade.

Porém, fosse qual fosse o motivo, Magalhães assegurava que a fiscalização empreendida pela Secretaria de Agricultura no início da década de 60 era “muito rígida”, fazendo com que a atividade extrativa de lenha não fosse tão abundante quanto o era no período 1930-1938.³⁰

A partir dessas informações podemos saber o que era cultivado em geral, mas cabe ainda perguntar as maneiras pelas quais era realizada a exploração dos “lotes” ou “roças”. Sejamos mais precisos: sob qual estatuto ou condição jurídica os pequenos lavradores realizavam seus cultivos? Ou, perguntando de outra maneira: Qual era a sua relação com a terra?

²⁶ GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. op. cit., p.2-3.

²⁷ CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936. p. 79.

²⁸ Idem, p.201.

²⁹ MAGALHÃES, José Cezar de. “A lenha e o carvão vegetal no abastecimento do Estado da Guanabara”, In **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº1-2, 1961. p. 32.

³⁰ Ibidem.

Na serra do Mendanha, as duas áreas estudadas por Hilda Silva apresentavam o seguinte perfil: no Guandu Sapê, a produção era tocada por “arrendatários”; no Guandu do Sena, a maior parte das lavouras seria explorada por “sitiantes”. No caso desta fazenda – assim como em outras áreas do Sertão Carioca - a categoria “sitiante” designava não somente pequenos proprietários, que “já são donos das terras”, como também “outros [que] assim se consideram em virtude de estarem aí fixados há muitos anos”. A mão-de-obra desses lavradores provinha da própria família; nos “sítios maiores”, empregava-se o trabalho de dois ou três “assalariados”, que eram também chamados por Hilda Silva por “diaristas”.³¹

Em Vargem Grande, na área do “Brejo”, os portugueses além de serem ali maioria, eram também “arrendatários” do Banco de Crédito Móvel. O interessante é que era comum haver dois ou três sócios em cada arrendamento.³² Já na “Serra”, a paisagem era dominada pelas propriedades dos “sitiantes” e “pequenos proprietários”. A diferença entre eles era que enquanto os primeiros residiam em seus sítios, os segundos moravam na zona urbana do Distrito Federal. Na “Vargem”, o quadro era bem mais diversificado: havia “grandes”³³ e “pequenos proprietários”, assalariados e arrendatários.³⁴

No caso do Sertão Carioca é interessante notar que boa parcela desses pequenos lavradores não se dedicava exclusivamente à agricultura. Em Sepetiba por exemplo, a produção agrícola também era realizada por pescadores.³⁵ Esse também parecia ser o caso dos pequenos lavradores de Pedra de Guaratiba.³⁶ Em Vargem Grande, os carvoeiros também eram lavradores.³⁷ Em alguns casos, as ocupações alternativas podiam ser eminentemente urbanas. Lyndolpho Silva, conhecida liderança camponesa do PCB e que começou seu trabalho de militância no Sertão Carioca, mais precisamente em Campo Grande, argumenta que pelo fato da “roça” dessa região ser muito próxima do centro comercial e industrial do bairro, os pequenos lavradores faziam trabalhos urbanos e temporários. Segundo ele, era comum o arrendatário e o posseiro trabalhar “uma parte de seu tempo vago no posto de

³¹ SILVA, Hilda. Op.cit. p. 445.

³² NOGUEIRA, Amélia Alba. “Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)”, In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº1-2. p. 69.

³³ Ser “grande proprietário” naquela área significava ter um sítio ou roça que tivesse no mínimo 20 ha.

³⁴ GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Op. cit. p. 57.

³⁵ ROSA, Alcebíades Francisco da. Op. cit. p.34.

³⁶ **O Globo**, 07 de julho de 1951. p. 1.

³⁷ NOGUEIRA, Amélia Alba. Op. cit. p. 62.

gasolina”, por exemplo.³⁸ Havia um caso no qual nem mesmo a produção era realizada por lavradores. Isso teria se dado em Vargem Grande, onde segundo nos informa Maria Galvão, “muito” dos bananais da “Vargem”, principalmente na parte sul da estrada dos Bandeirantes (mais próxima do atual bairro do Recreio), não era explorados por lavradores e sim por “donos de sítios de veraneios”.³⁹

Essa é uma questão importante, embora os dados coligidos não nos permitam assegurar a proporção entre o volume da produção que se destinava para a subsistência e aquele que era comercializado. Mas Amélia Alba informa que nas “Encostas” (ou “Serra”) de Vargem Grande, os “sitiantes” que moravam na “cidade” praticavam apenas agricultura comercial, já os “sitiantes” que além de trabalhar moravam no “sítio” também produziam para sua subsistência.⁴⁰ Maria Galvão acrescenta que entre estes, somente feijão, milho, café e cana-de-açúcar não eram comercializados, e “muitas vezes” eram cultivados pelas próprias “crianças da casa”.⁴¹ Porém, com a passar do tempo, essa economia de subsistência ia perdendo espaço para a “economia de exportação”, isto é, destinada aos mercados e feiras-livres.⁴²

De qualquer modo é possível assegurar que essa produção para o mercado era significativa, já que em todas as localidades havia atividades nesse sentido. Em poucos casos a venda da mercadoria se dava na própria localidade do lavrador que a produzia. Temos um exemplo, ainda da década de 30, em que Magalhães Corrêa nos fala sobre o que acontecia na estrada de Jacarepaguá, que ligava o bairro de mesmo nome à Barra da Tijuca. Ali segundo ele, o contato entre o produtor e o consumidor de gêneros era direto:

Ao longo da estrada, transformada em feira livre, pelos seus habitantes, encontram-se guryrs, à margem de suas choupanas, tendo em permanente exposição gaiolas com passarinhos, meninas vendendo ovos e gallinhas, mulheres e velhos com bananas e laranjas, enfim, tudo que produz essa zona exuberante. Estas mercadorias penduradas em vários girões e ganchos, esperam a passagem dos turistas.⁴³

Porém, o autor ressalva que esses compradores eram turistas estrangeiros,

pois os nossos, quando vão por essas estradas, passam em automóveis voando, já são conhecidos; quando chegam, porém, aos lares ou em roda de amigos, dizem: ‘foi extraordinário, indescritível o que vimos!...’

³⁸ SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”, In **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 2, junho de 1994. p.83.

³⁹ GALVÃO, M.C.C. Op. cit. p.57.

⁴⁰ NOGUEIRA, Amélia Alba. Op. cit. p. 66.

⁴¹ GALVÃO, Maria do Carmo Correa. Op. cit. p. 44.

⁴² Idem. p. 45.

⁴³ CORREA, M. Op. cit. p.59.

Pobres dos que ficaram no caminho, pois à sua passagem transformam a estrada em verdadeiro vendaval, nuvens de poeira, só poeira!⁴⁴

O mais comum, entretanto, era que esses produtos fossem comercializados em mercados locais e feiras-livres. Quanto aos primeiros, os maiores destinatários daquela produção eram o Mercado Municipal, localizado no centro do Distrito Federal, que tinha a preferência das bananas de Vargem Grande e das laranjas do Mendanha,⁴⁵ e os Mercados regionais de Madureira e Campinho, para onde ia a maior parte da produção de Sepetiba e da área de Vargem Grande conhecida como “Serra”.⁴⁶ Quanto às feiras, as mais freqüentadas por produtos do Sertão Carioca eram as de Campo Grande, Cascadura, Irajá Madureira, Marechal Hermes, Realengo, Penha e Tijuca. Com exceção das duas últimas, todas ficavam nas zonas rural e suburbana.⁴⁷

A expansão imobiliária somada a outro processo que lhe era correlato, a inflação,⁴⁸ concorreram para modificações nos próprios mecanismos de reprodução desses pequenos lavradores. Vimos páginas acima que estudos de época de alguns geógrafos entendiam que a simples iminência da constituição de loteamentos influía na escolha do tipo de lavoura (temporária ou permanente) a ser explorada e, de certa forma, na própria forma de moradia desses lavradores, que poderia ser feita com material de muita ou pouca resistência. Mas não era só a etapa dedicada à produção que parece ter sofrido certas modificações, como também a etapa voltada para a comercialização. Assim como a terra era objeto da “cobiça” crescente do jogo especulativo, o mesmo ocorria com os gêneros alimentícios. E tanto um como outro tinham em termos econômicos um valor bem maior do que os custos da produção de gêneros alimentícios. Nesse tipo de conjuntura passava a ser vital que o produtor detivesse um mínimo de controle sobre os mecanismos de circulação de mercadorias. No caso do Sertão Carioca isso significava possuir meios de transporte ou ao menos participar de sistemas de frete que lhe fossem favoráveis. Alguns estudos mostram que no Mendanha, Jacarepaguá e Vargem

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ NOGUEIRA, Amélia Alba. *Op. cit.* pp. 60-1 e SILVA, Hilda. *Op. cit.* p. 457.

⁴⁶ ROSA, Alcebíades Francisco. *Op. cit.* p. 34 e GALVÃO, Maria do Carmo Correa. *Op. cit.* p. 44.

⁴⁷ *Ibidem* e SILVA, Hilda. *Op. cit.*

⁴⁸ GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Op. cit.* p. 60. Os reflexos desse fenômeno no plano nacional é muito bem analisado por Ver RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981; GUIMARÃES, Alberto Passos. **Inflação e monopólio no Brasil** (Por que sobem os preços?). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.

Grande uma parcela significativa dos pequenos lavradores procurou exercer domínio sobre duas das etapas da “operação agrícola”: a produção e a comercialização.⁴⁹

Tomemos o exemplo de Vargem Grande. Ali os portugueses, fossem os “ilhéus” ou os “portugueses”, teriam desenvolvido uma peculiar “divisão” de atividades entre a lavoura e o mercado. Diferentemente dos brasileiros, ressalta Maria Galvão, os portugueses distribuíam entre si, “de acordo com as aptidões e preferências pessoais”, as tarefas “do campo e da cidade”. As “sociedades” exerciam importante papel para que esse sistema funcionasse:

O que é escalado para a feira não se envolve na roça, os da roça não faz feira. Uma reunião, realizada geralmente aos domingos, entre feirantes e lavradores de uma mesma sociedade, permite o acêrto de contas semanal e a distribuição eqüitativa de despesas e lucros.⁵⁰

E os portugueses faziam questão de assinalar que esse “acêrto de contas” assim como as “sociedades” se assentavam no “respeito pela palavra”, não tendo nenhum fundamento jurídico.

No Mendanha, o transporte dos produtos se dava por intermédio de uma frota de caminhões que percorria diariamente a região, “com exceção das segundas-feiras, fazendo em média 2 a 3 viagens por dia”. É possível que essa frota pertencesse a um pequeno grupo de lavradores da própria região. Mas tendo o lavrador o seu próprio caminhão fazia a “entrega de seus produtos e, também, os de seus vizinhos mais próximos”. Tanto num como noutro caso, cobrava-se uma taxa de frete de Cr\$ 5,00 por caixa.⁵¹ Em vista dessa “facilidade de circulação”, como entendia Hilda Silva, haveria uma tendência à eliminação dos intermediários por parte dos próprios lavradores, que estavam se transformando em “feireiros”, acumulando, assim, duas funções: “agricultura e comércio”.⁵² Porém, tendo em vista a situação nas demais áreas do Sertão Carioca, o certo é que a possibilidade de tomar parte de mecanismos vantajosos de comercialização parece ter sido algo que poucos puderam desfrutar. José G. Souza aponta que dos 605 lavradores por ele entrevistados entre 1946 e 1947, apenas 38 declararam ter transporte próprio.⁵³ O restante tinha de vender, ou como se dizia na época, “entregar” a sua produção aos “intermediários”, os quais revendiam em outros pontos de comércio, especialmente o Mercado Municipal da Praça XV. E isso não era visto

⁴⁹ SOUZA, José Gonçalves de. op. cit., p. 26; SILVA, Hilda. op. cit., p. 457; NOGUEIRA, Amélia Alba. Op. cit., p. 69.

⁵⁰ GALVÃO, Maria do Carmo Correa. Op. cit. p. 50.

⁵¹ SILVA, Hilda. Op. cit. p. 457.

⁵² Ibidem.

⁵³ SOUZA, José Gonçalves de. op. cit., p. 27.

com bons olhos, não só os dos produtores como também dos consumidores e até mesmo de alguns órgãos do poder público.

Veremos mais adiante que a luta pela terra por parte dos pequenos lavradores do Sertão Carioca também irá colocar no centro do debate a questão da atuação desses “intermediários”. Junto com os “grileiros”, eles conspirariam contra a estabilidade desses pequenos lavradores, fazendo com que eles desistissem das atividades agrícolas. E mais do que isso, agindo dessa forma contra esses lavradores, “grileiros” e “intermediários” agiriam contra toda a população carioca. Ao menos era essa a visão difundida não só pelos pequenos lavradores, mas também por quase toda a imprensa e pelos membros do legislativo da cidade. Por meio desse discurso o movimento dos pequenos lavradores pôde articular os desacordos presentes em sua relação com os “intermediários” com o problema do abastecimento de alimentos da cidade. Em certo sentido foi se conformando um campo de disputas entre diferentes versões e concepções sobre preço e lucro justos.⁵⁴ E é somente por meio desse campo que podemos recuperar o significado que a palavra “entregar” tinha naqueles dias e naquele Sertão Carioca e no Distrito Federal como um todo.

* * *

Em seu estudo sobre o movimento dos trabalhadores rurais ingleses no contexto da irrupção da Revolução Industrial, Eric Hobsbawm chama atenção para um ponto importante: é preciso que situemos cada ato de protesto ou revolta desses trabalhadores no seu contexto de relações, tradições e experiências, pois é ele que confere o sentido e a própria forma como esse ato se manifesta. Em razão disso, o historiador inglês julgou pertinente analisar o papel dos espaços e redes de sociabilidade para a conformação do “universo mental e social” daqueles trabalhadores. Em **Capitão Swing**,⁵⁵ Hobsbawm demonstra que o mercado, a feira, a cervejaria, o pátio da igreja e as comunicações com outras paróquias foram tão importantes quanto as organizações políticas ditas modernas e os mediadores da cidade para a eclosão e o desenvolvimento dos movimentos de protesto nos campos ingleses.

As informações apresentadas no tópico anterior nos dão ao menos uma noção bem aproximada do que era o pequeno lavrador de algumas localidades do Sertão Carioca no que diz respeito ao momento da produção e comercialização de gêneros alimentícios. Mas o dia-a-

⁵⁴ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

⁵⁵ HOBBSAWN, Eric & RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

dia desses pequenos lavradores era mais do que isso, ele era tecido em outros momentos e em outros lugares que não o chão da roça.

O pequeno lavrador carioca não era de forma alguma um tipo “isolado”, cujo horizonte estivesse restrito ao seu “pequeno mundo”.⁵⁶ A localidade⁵⁷ em que habitava e trabalhava - onde se tinha no máximo, além da companhia de outros pequenos lavradores ali estabelecidos, uma “venda” ou botequim - não era a única unidade real de sua vida. Uma razão para isso era que as próprias “vendas” não ficavam na sua localidade. Muitos tinham que andar alguns quilômetros para chegar até ela. Mas todo esforço valia a pena, já que eram de grande importância para a vida desses pequenos lavradores. Era ali que eles compravam os gêneros e artigos para a sua família, principalmente aqueles que eles não obtinham em suas roças por meio do cultivo (arroz, óleo, fósforos, tecidos, utensílios etc). Contudo, praticamente todos os relatos que possuímos sobre esse tipo de estabelecimento comercial – e que era de longe o mais comum na zona rural – apontam para um outro papel que exerciam no contexto de relações sociais daqueles agentes: as “vendas” não eram apenas pontos de encontro voltados exclusivamente para o comércio, mas eram também o lugar da discussão e troca de informações entre lavradores não só da própria localidade como também de outras. Era dessa forma que Hilda Silva entendia a importância do “alcance” que as pequenas vendas localizadas no Mendanha tinham “na vida social do lavrador”: era por meio delas que se adquiria os gêneros que lhe faltavam “para seu sustento”, mas era também “o local de encontro dos lavradores para discussão dos assuntos do momento e de parada antes de subirem as serras”.⁵⁸

Maria Galvão diz que um importante “elo” entre a “Serra” e a “Vargem” de Vargem Grande era o armazém. Da primeira desciam os produtos a serem embarcados nos caminhões dos “intermediários”; e da segunda, “ao cair da noite, sobretudo noite de sábado”, os lavradores subiam – por meio do armazém - o açúcar, a farinha, o arroz, o macarrão, a carne seca, a cebola, a batata-inglesa e o pão. Mas o consumo não era a única coisa que levava os

⁵⁶ Ver HOBBSAWM, Eric. “Os camponeses e a política”, In **Pessoas Extraordinárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 221.

⁵⁷ Preferimos adotar o nome *localidade* para essas unidades de povoamento de pequenos lavradores. Era comum que um mesmo bairro possuísse mais de uma *localidade*. Em Campo Grande, por exemplo, localizavam-se as localidades de Caxamorra, Mato Alto e Baixo Cabuçu. Em Guaratiba havia as localidades do A.B.C, Ilha de Guaratiba e Pedra de Guaratiba. Um outro detalhe a se destacar é que nessa época não havia uma distinção clara entre *Bairro* e *Distrito*. Em termos oficiais Campo Grande, Jacarepaguá e tantos outros eram Distritos, no interior dos quais havia diversas localidades. Futuramente, boa parte dessas localidades seriam instituídas como bairros.

⁵⁸ SILVA, Hilda. Op.cit. p. 457.

lavradores a descerem da “Serra”, pois o armazém era um importante “ponto de reunião” desses lavradores.⁵⁹ Outro ponto importante era o botequim, onde também se fazia o embarque dos produtos agrícolas destinados à “cidade” ao cair da noite, “agitando” esses lugares “tão calmos durante o dia”. E depois de embarcado “os pregados de chuchu, bananas, laranjas”, o dia de trabalho do lavrador era encerrado “com um gole de cachaça bebido entre os amigos”.⁶⁰ O botequim também era um importante ponto de encontro entre os lavradores/pescadores de Pedra de Guaratiba, tão importante que chegou a merecer a atenção de autoridades policiais da antiga polícia política, preocupadas com o “nível moral da população do lugar”, que a seu ver, “declina[va] a olhos vistos”. O indício mais evidente era que nos “bars” daquela localidade qualquer motivo era “bom para grandes bebedeiras”. E quando fechavam, os moradores se dirigiam a uma “tendinha” que, “embora sem licença” fornecia “parati⁶¹ e bolinhos de camarão”.⁶²

Se a localidade em que morava não era a única unidade real de vida “lavrador” do Sertão Carioca, nem mesmo o bairro ou a freguesia onde estava situada tal localidade também o era. Com o fito de negociarem seus produtos nas feiras e mercados, era muito comum que boa parte dos “lavradores” constantemente se deslocassem de um bairro a outro. O caso anteriormente citado dos lavradores do Mendanha é um bom exemplo. Por certo, havia outros motivos para que houvesse tal deslocamento. Alguns casos relatados pela imprensa também confirmam de forma indireta e, por que não dizer, curiosa essa característica dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Em abril de 1952, o **Diário Trabalhista** noticiava o acidente ocorrido com um caminhão na Grota Funda, estrada que liga o Recreio dos Bandeirantes com Guaratiba. Entre os passageiros constava o nome do “lavrador” João Rodrigues Pila, que morava num lugar bem distante dali, na estrada do Capão (uma pequena estrada que liga os atuais bairros de Gardênia Azul e Cidade de Deus).⁶³ Mais tarde, na véspera do natal desse ano, o referido jornal também informava seus leitores sobre um desagradável fato: tinha sido encontrado morto na Estrada dos Bandeirantes, o “lavrador” Nelson Lima Santos de 33 anos, casado, morador naquele local. O principal suspeito era um outro “lavrador” que tivera um desentendimento momentos antes com Nelson; seu nome era Amarílio Alves Corrêa, morador

⁵⁹ GALVÃO, Maria do Carmo Correa. Op. cit. pp. 45-6.

⁶⁰ *ibidem*. pp. 58-9.

⁶¹ Expressão da época usada para designar a cachaça.

⁶² Fundo DOPS, APERJ, “Pedra de Guaratiba”, fl. 3.

⁶³ **Diário Trabalhista**, 18 de abril de 1952. p. 3.

do Largo da Ilha, em Campo Grande.⁶⁴ Meses depois, um jovem “lavrador”, de apenas 17 anos, morria num acidente na estrada do Monteiro, na altura de Campo Grande. Ele viajava no bonde que ligava este bairro com a localidade de Ilha de Guaratiba, onde morava.⁶⁵ A frequência com que lavradores de Guaratiba iam a Campo Grande também é confirmada por um texto enviado por um “leitor de Guaratiba” à Seção de Cartas do **Imprensa Popular** em 1955. Nele o missivista reclamava da falta de transporte nas diversas localidades do distrito, “principalmente à noite”, pois os bondes paravam às 9 horas, prejudicando “estudantes e lavradores”.⁶⁶

Não se pode deixar de destacar o papel exercido pelas festas tradicionais da região como um elemento que impulsionava a ligação entre as diversas localidades. Alcebíades da Rosa nos conta que havia em Sepetiba, sempre no meio do ano, a festa consagrada a São Pedro, padroeiro dos pescadores. Tal evento, que ocorria sempre num domingo, tinha sua programação divulgada “por todo o antigo Sertão Carioca”. “Pescadores, lavradores e familiares compareciam à festa impecavelmente vestidos (traje passeio completo), para homenagear o padroeiro”. Muitos iam ao “grande evento” para pagar promessas por graças alcançadas, mas talvez os grandes atrativos fossem mesmo a música, os “fogos espocando a todo instante”, regata, procissão marítima e havia ainda, como não poderia deixar de ser, “intenso movimento nas barraquinhas, com suas ofertas de bebidas e guloseimas”. A festa tinha se tornado uma verdadeira tradição, “a ponto de, praticamente, não necessitar de publicidade para divulgá-la”. Com isso, “não só os moradores do Sertão Carioca, mas também os do Distrito Federal e os dos municípios vizinhos acorriam em massa” ao evento. Eles vinham de Campo Grande, Pedra de Guaratiba, Areia Branca, Santa Cruz, Itaguaí, Itacuruçá, Mangaratiba e Angra.⁶⁷

Não se pode negligenciar tampouco o papel das próprias igrejas espalhadas nas localidades da região, ponto de reunião e encontro, às vezes de confabulação e mobilização sempre importante junto aos grupos camponeses. Que ocasião singular para por o “papo em dia” com os companheiros, amigos, vizinhos e “irmãos” senão antes, depois e, para contrariedade dos sacerdotes, durante os cultos, das missas e dos demais eventos religiosos. Às vezes era na igreja que um “lavrador” tomava conhecimento do que estava se passando

⁶⁴ **Diário Trabalhista**, 24 de dezembro de 1952, p. 3.

⁶⁵ **Diário Trabalhista**, 08 de abril de 1953, p. 3.

⁶⁶ **Imprensa Popular**, 12 de agosto de 1955, p. 4.

⁶⁷ ROSA, Alcebíades Francisco. Op. cit. pp. 51-3.

com outros lavradores de uma localidade próxima ou mais distante. Podia ser na Igreja que as pessoas fossem alertadas pela primeira vez sobre as tentativas de um “tal grileiro” que queria tomar as terras “da gente”. Era na Igreja, ao menos isso era possível, que talvez muitos lavradores tivessem contato com o advogado que iria defender nos tribunais a sua causa, os seus direitos.⁶⁸

Havia na região várias igrejas católicas, muitas datando do período colonial, como a de São Salvador do Mundo em Pedra de Guaratiba, a Igreja Matriz de Campo Grande, a Igreja Nossa Senhora da Pena em Jacarepaguá e outras igrejas menores. Havia também as “evangélicas”, construídas a partir do início do século, mas cujo crescimento se intensifica a partir de meados do mesmo, na esteira da expansão urbana na zona rural da cidade. Destaque para o fato de que por essa época, as denominações que se destacam com a construção de templos na região são as igrejas Batista e Assembléia de Deus.

Havia um outro fator, talvez o mais evidente, que impedia que o pequeno lavrador vivesse isolado: a expansão urbana que se configura a partir da década de 1940 intensificaria o contato dessas localidades com o subúrbio e a zona urbana, em que pese os persistentes problemas do sistema de transporte na região (fato até hoje lamentado nas áreas mais “afastadas”). E a partir dela, não eram somente os pequenos lavradores que iam para a “cidade”, como de certa forma o inverso acontecia. A pronta constituição de alguns loteamentos modificou o perfil da população que habitava essas áreas. Amélia Nogueira notava que havia em Vargem Grande, ao longo da estrada dos Bandeirantes, uma crescente concentração de habitações de “indivíduos que não exercem atividades agrícolas e que trabalham fora da zona, em fábricas, hospitais de Jacarepaguá e mesmo do Rio de Janeiro”.⁶⁹ Seriam eles, segundo Maria Galvão, funcionários públicos, marceneiros, pedreiros, militares, “morando em terras de propriedade dos pais ou sogros que foram lavradores na região”.⁷⁰ Em certos casos talvez fosse mais provável que o pequeno lavrador tivesse como vizinho “o comerciante, o operário, o doutor ou o coronel dono de bela residência de verão” do que um colega seu da lide na “roça”.

⁶⁸ Tal fato não foi incomum no agreste Pernambucano e mesmo na Baixada Fluminense, conform se deduz pelo relato de um antigo líder camponês, José Pureza. Exemplos disso abundam em Capitão Swing, de Eric Hobsbawm e George Rudé.

⁶⁹ NOGUEIRA, Amélia Alba. Op. cit. p. 69.

⁷⁰ GALVÃO, Maria do Carmo Correa. Op. cit. p. 57.

Mas não poderíamos finalizar esse artigo sem antes nos remeter novamente a Eric Wolf. E o fazemos na forma de uma questão que agora colocamos: até que ponto essas circunstâncias e fatores que mantinham o pequeno lavrador em contato com o que acontecia fora de sua localidade, influenciariam a forma e a direção de seu movimento de luta pela terra? As informações obtidas não são suficientes para que possamos ensaiar aqui respostas definitivas. Conforme assinalado anteriormente temos como estabelecer uma leitura aproximada sobre este processo, não mais do que isso. Mas as semelhanças em relação ao que se verificaria com movimentos de lavradores de outras regiões permitem que se formule algumas hipóteses. A primeira é de que boa parte da luta pela terra no Sertão Carioca deveu-se aos impactos ocasionados por uma expansão imobiliária sem controle e critérios, que se apoiava inclusive no açambarcamento de terras de milhares de pequenos lavradores. Fato esse que acarretou decisivamente na desarticulação do contexto de relações desses agentes. E o plano de existência cotidiana destes – ou sua “ambiência social” - não se reduzia às ligações com outros bairros da região; ele alcançava além de outras localidades, bairros ou freguesias, a própria “cidade”. E isso passa a ser intensificado a partir da década de 1940 com as ligações com militantes políticos e com outros movimentos sociais. Ou seja, temos a introdução aí de claros elementos de politização de um grupo social determinado. A segunda hipótese, diretamente relacionada àquela, é que havia não uma oposição e sim uma complementaridade entre formas “tradicionais” de sociabilidade e as “modernas” formas de representação política: a participação em eventos nas igrejas e templos, o comparecimento às festas tradicionais, a conversa “fiada” na porta da venda, a bebericagem com amigos no balcão do botequim, e tantas outras práticas, podiam dar ensejo à constituição de importantes redes de informação, de troca de idéias, de discussão sobre estratégias e de iniciativas – no sentido de “qual deve ser o *nosso* próximo passo?” -, de articulações necessárias à mobilização de interesses e esforços dos pequenos lavradores – dessa classe que assim se consolidava, que assim formulava uma consciência sobre si – em defesa de seu direito às terras do Sertão Carioca. Nesse sentido, tal classe não revelava sua existência apenas por meio da luta, do conflito aberto e dramático, das apoteóticas manifestações no “centro da cidade”, nos discursos presentes nos documentos sindicais, nas tentativas de arrebatar o apoio ou a simples comoção da opinião pública. Mas ela também ganhava concretude no sentimento de comunhão que se experimentava ao compartilhar com o outro o espaço da reza (ou da oração...), da festa, da bebida, da comida, do descanso, ou simplesmente o espaço em que se

parava para “falar da vida”, para conversar sobre o que esperar do próximo amanhã de uma vida em comum que evidenciava que o outro era, na verdade, um igual.

Referências bibliográficas

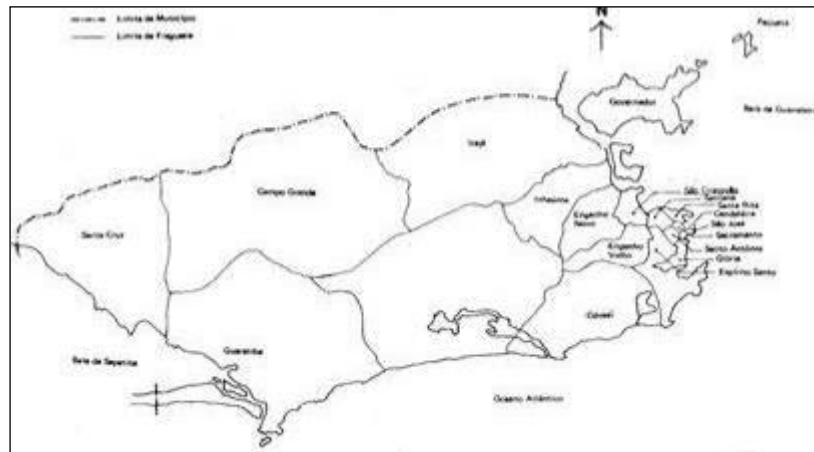
- ALAVI, Hamza. “Peasant classes and primordial loyalties”, In **Journal of Peasants Studies**, Londres, nº 5, 1973.
- CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.
- DIÁRIO TRABALHISTA, 1951-1958.
- FRIDMAN, Fânia. **Donos do Rio em nome do Rei**: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., Garamond, 1999.
- FRÓES, Sylvio. **O Distrito Federal e seus recursos naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- GALVÃO, Maria do Carmo Correia. “Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande”. In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 3-4, 1957. p. 47.
- GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- HOBBSBAWN, Eric & RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- HOBBSBAWN, Eric. “Os camponeses e a política”, In **Pessoas Extraordinárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IMPrensa POPULAR, 12 de agosto de 1955.
- MAGALHÃES, José Cezar de. “A lenha e o carvão vegetal no abastecimento do Estado da Guanabara”, In **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº1-2, 1961.
- MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura**: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. *Pequena produção e modernização da Agricultura*: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1987.

- NOGUEIRA, Amélia Alba. “Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)”, In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, nº1-2. O GLOBO, 07 de julho de 1951.
- RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981; GUIMARÃES, Alberto Passos. **Inflação e monopólio no Brasil** (Por que sobem os preços?). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.
- ROSA, Alcebíades Francisco da. **História de Sepetiba**. Rio de Janeiro: s/ed, 1995.
- ROSA, Alcebíades Francisco da. **História de Sepetiba**. Rio de Janeiro: s/ed, 1995.
- SILVA, Hilda. “Uma zona Agrícola do Distrito Federal – O Mendanha”, In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. XX, nº 4, 1958. p. 438.
- SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”, In **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 2, junho de 1994.
- SIQUEIRA, Francisco Alves. **Barra de Guaratiba: vida, contos, lendas, folclore**. Rio de Janeiro: s/ed., s/ d.
- SOUZA, José Gonçalves de. “Custos de produção e preços de venda dos produtos agrícolas do Distrito Federal” In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano IV nº1, 1951.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- WOLF, Eric. **Las Luchas campesinas Del siglo XX**. Ciudad del Mexico: siglo veintuno editores s.a., 1972.

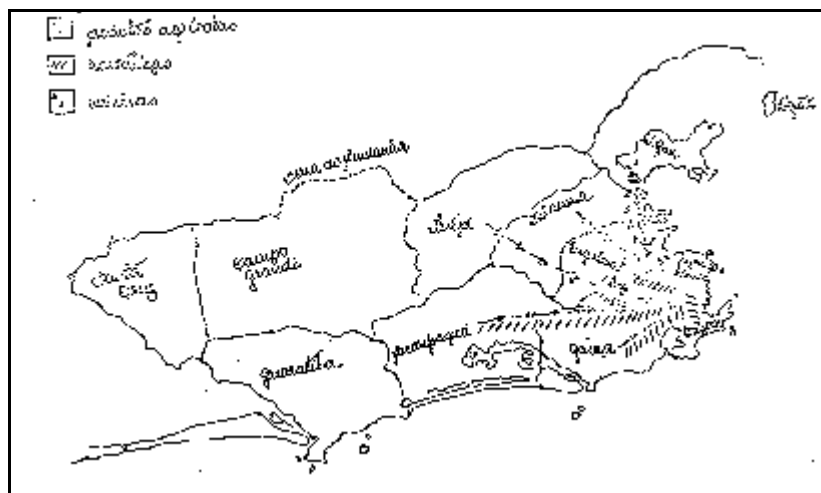
Imagens



CORRÊA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936. Frontispício.



As freguesias urbanas e rurais do Rio de Janeiro. SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.



Linhas de abastecimento do Rio de Janeiro pelos meios carroçáveis (1850-1890) entre o Sertão Carioca e o meio urbano. MOURA, Anna Maria S.. *Carroças e carroceiros: formação da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1984.



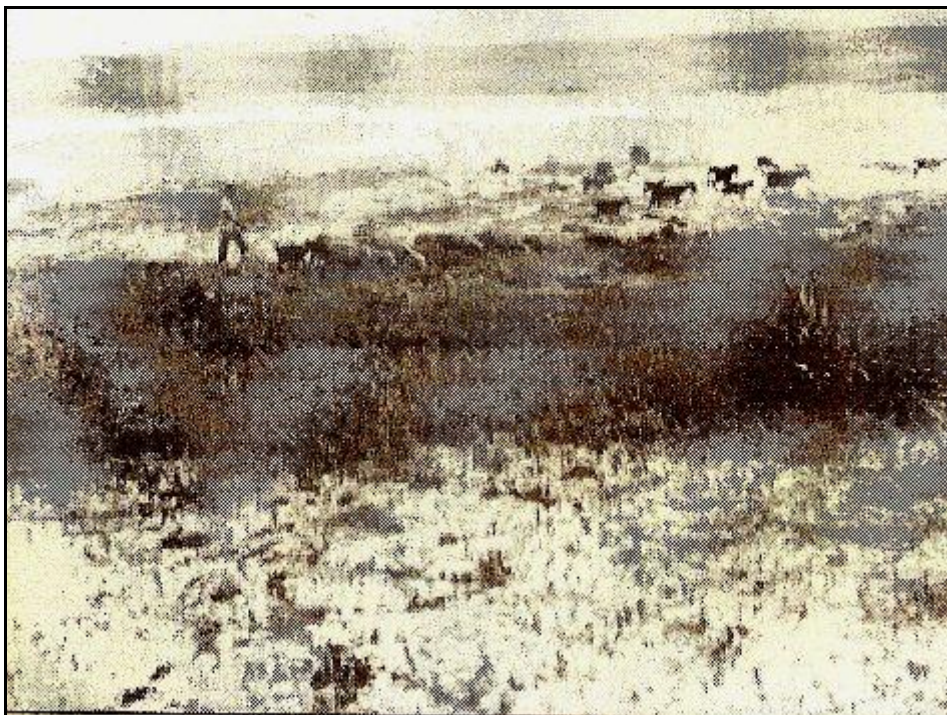
CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936. p. 88.



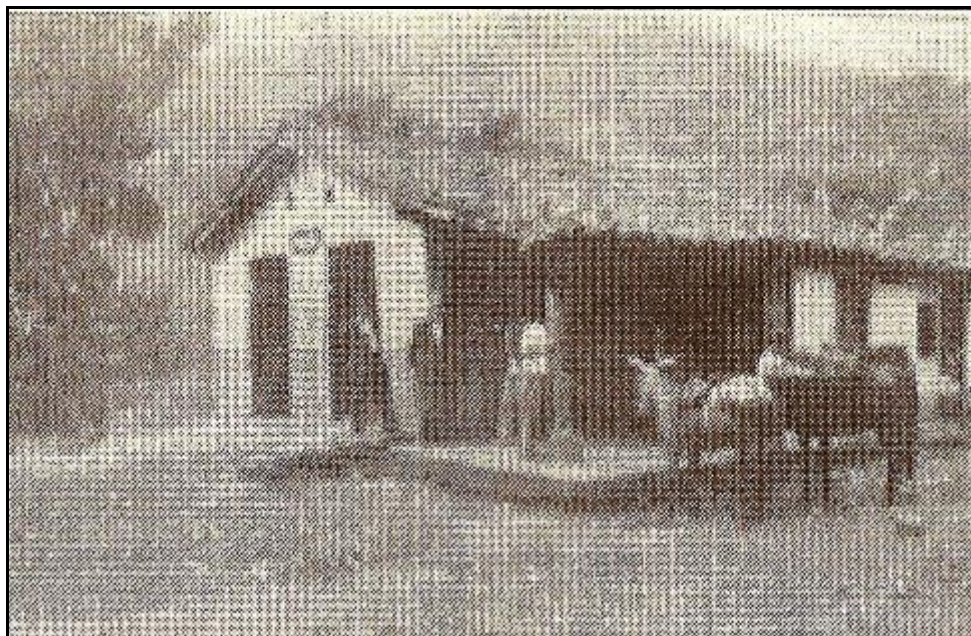
O bonde e o cavalo convivendo no Sertão Carioca. A coexistência entre urbano e o rural era muito comum na região até o avanço da urbanização em meados do século XX. Fonte: Blog de história.



As típicas hortas da Baixada de Jacarepaguá.



Criador de cabras na Barra da Tijuca no final dos anos 40. GONÇALVES, Ayrton Luiz. **Barra da Tijuca, o lugar**. Rio de Janeiro: Thex Ed., 1999. p. 25.



Aspecto de uma “venda” em Vargem Grande. GONÇALVES, Ayrton Luiz. **Barra da Tijuca, o lugar**. Rio de Janeiro: Thex Ed., 1999. p. 66.